

Campanha Salarial 2008

A última reunião do Fórum das Seis iniciou a discussão da data-base 2008. O coordenador do Fórum relatou que não tinha conseguido obter, do Cruesp, as planilhas correspondentes aos dois primeiros meses de 2008; tinha recebido, porém, uma nova versão da planilha de dezembro de 2007, com dois dados adicionais. Na nova versão aparece o dado provisório de arre-

cação de ICMS (quota-parte do Estado) no mês de dezembro de R\$ 4,175 bilhões e o valor definitivo correspondente ao mês de novembro R\$ 4,147 bilhões. Assim, a arrecadação do ICMS, em 2007 ficou próxima de R\$ 46,1 bilhões, confirmando a estimativa do Informativo Adusp 251 de R\$ 46 bilhões (bem acima dos R\$ 43,620 bilhões estimados pelo Cruesp em maio/2007).

Condições favoráveis

As universidades estão em uma situação financeira francamente favorável, propiciando condições para que haja uma boa negociação salarial de data-base entre o Fórum das Seis e o Cruesp. A propósito, cabe informar que, a partir de 05/03/08, a presidência do Cruesp passou para o Reitor da Unesp, professor Marcos Macari.

Com relação à campanha de data-base deste ano, o Fórum indicou para discussão nas entidades a proposta de reajuste para recuperar as perdas inflacionárias mais a incorporação de parcela fixa de R\$ 200, nos moldes da campanha de 2007. Com relação aos demais itens não salariais da pauta, o Fórum propõe que se acrescente aos de 2007: inclusão de funcionários e docentes da EEL

aos quadros da USP; contra a criminalização de participantes em manifestações do movimento; pela extinção da Secretaria de Ensino Superior; contra as privatizações no Governo Serra; contra o fim da paridade nas aposentadorias.

O cronograma da campanha salarial prevê o fechamento da pauta unificada, após as assembleias das entidades, até 3/4.

ICMS dá baile no Cruesp... E nós dançamos

O Relatório da Receita Tributária, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em sua edição de janeiro de 2008, publicou as seguintes declarações sobre a arrecadação do ICMS:

“...Destaque-se que, no acumulado do ano de 2007, a arrecadação de ICMS atingiu o valor de 46,061 bilhões, apresentando crescimento de 9,0% frente ao ano anterior, como será doravante comentado...”

“... o crescimento de 9,0% já referido supera as taxas esperadas de crescimento do Produto Interno Bruto nacional para o ano findo. ... Para além desses resultados, pode-se identificar perspectivas favoráveis, considerando-se que a manutenção da estabilidade econômica e

o crescimento do consumo (principalmente através do crédito) e do investimento, que sustentaram o crescimento da demanda interna em 2007, são variáveis que apresentam tendência de continuidade em 2008. ...”

Cruesp volta atrás

O comunicado nº 3 do Cruesp, em 6 de junho de 2007, divulgou:

“Caso a arrecadação anual do ICMS ultrapasse o valor de R\$ 43,620 bilhões, os recursos adicionais, a partir desse valor, transferidos às Universidades serão utilizados da seguinte forma: 75% para o pagamento de parcela fixa; 20% para investimentos em ensino, pesquisa e extensão, e 5% para a assistência estudantil”.

Como vimos, a arrecadação ultrapassou em mais de R\$ 2,4 bilhões o limite para que a promessa dos reitores se efetivasse. A parcela de reajuste fixo de R\$200, se fosse paga desde maio/07, teria representado um acréscimo de aproximadamente 2,9% no gasto salarial do ano passado ou cerca de 4,3% na folha de pagamento dos últimos meses. Assim, a parcela de custeio e capital das universidades cresceu em média cerca de 21%. Não foi por falta de recursos e nem por falta de promessa que deixamos de recuperar uma parcela de nosso poder aquisitivo. Tampouco temos notícias se a assistência estudantil foi contemplada. Vem aí a data-base 2008.

Estatuto da Adusp

No segundo semestre de 2007 realizamos o processo de modificação do Regimento da Adusp para adequação ao novo Código Civil. Entretanto, fomos informados que também será necessário reformar o Estatuto e os mesmos procedimentos precisam ser seguidos. Isto é, necessitamos cumprir duas etapas: inicialmente uma Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, com a presença de 10% dos associados e, na sequência, Plebiscito referendando as mudanças aprovadas pela assembleia.

O Conselho de Representantes (CR), reunido em 18/2/2008, discutiu o assunto e delegou à diretoria encaminhar a questão. Neste sentido, tendo em vista contornar a dificuldade burocrática apontada e coerente com o Regimento recentemente aprovado, a diretoria está indicando aos sócios como proposta de Estatuto uma versão que, em

essência, é idêntica ao Regimento. Ou seja, foi incluída a palavra “Estatuto” nos lugares correspondentes do texto e feitas as eventuais adaptações ortográficas. É claro que isso não impedirá que novas sugestões de modificações apareçam e estas poderão ser apresentadas nos mesmos moldes do processo anterior.

Estamos convocando a Assembleia Geral para mudança de Estatuto com a dinâmica que permita atingir o quorum exigido. A Assembleia será aberta no dia 26/3 com uma explanação detalhada dos procedimentos. O fechamento da Assembleia será no dia 3/4. No intervalo entre os dias 26/3 e 3/4 poderão ocorrer sessões dessa Assembleia nas diversas unidades da USP. As listas de assinatura em todas essas sessões serão agregadas para o cômputo do quórum. Com as modificações definidas na Assembleia, faremos um Plebiscito entre os dias 8 e 11/4.

Gatilho

As listagens enviadas pela Reitoria estão sendo analisadas. Alguns colegas de museus enviaram as comprovações de atividades docentes, conforme solicitado. Até o fechamento desta edição, não havíamos recebido a confirmação da data da próxima reunião com a Reitoria (prevista para a semana de 10 a 14/3).

Sexta Etapa

A Adusp continua acompanhando o desenrolar dos concursos referentes à Sexta Etapa de desprecarização. Até o momento, exceto o ocorrido no Museu de Zoologia, não recebemos informações de problemas. Solicitamos aos colegas informar a Adusp qualquer anormalidade, e reafirmamos que os candidatos podem recorrer de escolhas de bancas.

Fundações, a mídia e a Adusp

O escândalo Finatec causou impacto nacional, graças principalmente à atuação do Ministério Público do Distrito Federal, que, após anos de investigação, desnudou desmandos e ilegalidades dessa fundação privada “de apoio”.

O rumoroso episódio segue-se, porém, a vários outros que obtiveram maior ou menor visibilidade, em diversos pontos do país: disputa interna na Fundação

Zerbini e no InCor, tendo como pano de fundo a enorme dívida contraída por aquela entidade privada; intervenção judicial na Feese, em Florianópolis; prisões em Santa Maria...

Ao longo de anos, as denúncias trazidas a público pelos dossiês da *Revista Adusp* e as iniciativas tomadas no campo do Poder Judiciário tiveram grande impacto no ambiente universitário, apesar de a grande

mídia não se deixar sensibilizar.

Comprovação

Os recentes fatos comprovam as afirmações da Adusp sobre conflito de interesses; contaminação do fazer universitário por práticas mercantis; distorção que representa a exploração do prestígio das instituições públicas por grupos privados etc.

Alguns meios de comunicação passaram a lançar um

olhar sobre a desvolta atuação das fundações privadas de apoio espalhadas pelo país. Este olhar, ao que parece, custa a chegar na USP, onde se encontra a maior concentração de fundações “de apoio” no Brasil: trinta! Convalidadas pelo promotor de fundações, na contramão do restante do país.

Advertência

O jornal *Valor Econômico* publicou artigo dos profes-

res Otaviano Helene e Marco Brinati (“Universidades públicas e fundações privadas”, 6/3, p. A18). Ao final desse texto, advertem: as fundações privadas ditas de apoio precisam ser repelidas pelas universidades públicas, pois só assim os dirigentes destas “deixarão de ocupar as páginas policiais dos jornais e voltarão a ocupar apenas as páginas de ciência e tecnologia, de políticas públicas e dos cadernos culturais”.

Presidente da Vanzolini contesta reportagem

Recebemos do professor Mauro Zilbovicius, presidente da Fundação Vanzolini, extensa carta, cuja publicação integral tomaria uma página inteira, na qual contesta o teor da reportagem “Apesar do TAC, fundações continuam na USP”. Publicamos a seguir seus trechos mais relevantes, precedidos por destaques de nossa autoria.

Repases maiores

“Li a reportagem publicada no *Informativo Adusp* 252, e gostaria de manifestar o que segue, sobre alguns pontos que constam da matéria:

‘O presidente da Fundação Vanzolini, professor Mauro Zilbovicius, declarou que o valor dos repases só seria informado após solicitação por escrito e avaliação da diretoria’.

Foi de fato o que eu disse. Não recebi sua solicitação. Se a tivesse recebido, possivelmente teria respondido com o que segue, que levantei posteriormente à nossa conversa, imaginando sua solicitação (vide tabela).

Lembro que mencionei durante a entrevista que, apesar de não ter os números naquele momento, o repasse ao Departamento era maior do que o dobro dos 5% da receita previstos em convênio e nas resoluções da USP e da

Ano	Receitas com cursos de especialização, em convênio com a USP	Repasso Reitoria+EPUSP		Repasso ao Departamento de Engenharia de Produção		Solicitação do Departamento de Engenharia de Produção	
	Valor	Valor	Percentual da receita	Valor	Percentual da receita	Orçado	percentual executado
2006	R\$ 12.399.545,00	R\$ 1.612.150,83	13,00%	R\$ 1.429.711,46	11,53%	R\$ 1.440.182,60	99,27%
2007	R\$ 14.233.161,75	R\$ 1.808.817,47	12,71%	R\$ 1.409.930,06	9,91%	R\$ 1.440.182,60	97,90%

Poli. A tabela mostra que este percentual foi maior do que 10% em 2006 e pouco menor em 2007. Nos dois anos somados, foi de 10,66%. Ressalto que o repasse realizado à Reitoria e à Epusp excede os 8% previstos nos instrumentos assinados, chegando a 13% em 2006 e 12,71% em 2007, ficando em 12,84% nos dois anos somados.”

Sem confusão

“A Fundação não se confunde com o Departamento. Há muitos elementos de distinção. O principal e mais importante deles: uma é privada, o outro é público. Saber distinguir o público do privado é uma das condições para o exercício da função pública.(...)”

Placas apagadas

Foram “de fato apagadas, há tempos, porque a Fundação não utiliza espaço público. Usa espaço conforme consta em convênio com o órgão público e conforme se comprometeu com o MP. As indicações anteriores es-

tavam erradas, por isso foram apagadas. (...)”

Cumprimento do TAC

A Vanzolini “não contraria o TAC. Tem todo o interesse e dedicação em cumpri-lo. (...) A Fundação considera que as atividades da Assessoria de Comunicação (não de imprensa nem de marketing) são relacionadas aos convênios, já que desenvolvem atividades voltadas para os alunos dos cursos de especialização. (...)”

“Recuo”

“O professor não recuou nem recua em seus princípios. O professor claramente disse que não conhecia os moldes sugeridos pela Reitoria. Disse que não poderia comprometer-se a assinar cheque em branco, isto é, sem saber, de antemão, os termos.”

Nota da Redação - Agradecemos ao professor Zilbovicius suas observações e os dados que nos enviou. Reafirmamos o teor das informações contidas na edição 252.

Chefe de Departamento da Poli retifica dados sobre repasses

O professor Mário Salerno, chefe do Departamento de Engenharia de Produção da EP, enviou mensagem em que retifica dados publicados no *Informativo Adusp* 252. A seguir, seus principais trechos:

“Houve um problema de comunicação no envio da cifra que foi repassada pela Fundação Vanzolini ao Departamento de Engenharia de Produção, provavelmente porque tal foi feito por telefone — na entrevista, realizada na sede da Adusp no dia 22/2, eu havia levado apenas o dado relativo à previsão para 2008, cujo valor foi corretamente publicado. Segue o trecho publicado:

(...) *Só forneceu números ao Informativo Adusp o professor Mario Salerno, chefe do Departamento de Engenharia de Produção. Segundo ele, a Vanzolini só repassou ao departamento em 2007, até novembro, R\$ 149 mil — embora ele tenha pedido R\$ 823 mil. Salerno disse que exigirá, com base nas necessidades do departamento, um repasse de R\$ 2,091 milhões em 2008.*(...)

As cifras corretas são:

Orçado (previsto pelo Departamento) para 2007: R\$ 882.756,46

Realizado (repassado pela FCAV): R\$ 1.149.115,95.

Não há impasse ou desatendimento de repasse com/por parte da FCAV. Ratifico o que afirmei na entrevista *in loco*: que a FCAV tem repassado mais do que o formalmente exigido.

Atenciosamente,

Professor Mário Salerno”

SPPrev e os docentes aposentados

A USP distribuiu aos seus docentes aposentados, em fevereiro último, dois diferentes comprovantes de rendimentos relativos ao ano-base de 2007. Num deles, relativo ao período de janeiro a setembro, consta como fonte pagadora a própria universidade. No outro, relativo ao período de outubro a dezembro, consta como fonte pagadora a São Paulo Previdência (SPPrev). Isso causou dúvidas em alguns docentes, que solicitaram orientação à Adusp.

A Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de

2007, criou a SPPrev com a incumbência de ser gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo. O parágrafo 1º do artigo 2º da mencionada Lei prevê as disposições que se aplicam aos servidores, da Administração direta e indireta, incluindo as Universidades.

Nas atribuições do SPPrev consta administrar a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, que inclui aposentadorias e pensões. Portanto, os comprovantes futuros, relativos a 2008 e anos seguintes, te-

rão como fonte pagadora exclusivamente a SPPrev.

Regras mantidas

O ato de concessão dos benefícios para o servidor das Universidades será assinado pelo chefe do respectivo órgão autônomo, que o remeterá à SPPrev para formalização, pagamento e manutenção. Em toda a concessão de aposentadoria, o responsável deverá indicar as regras constitucionais, permanentes ou de transição, o valor dos proventos e o regime a que ficará sujeita sua revisão ou atualização, devendo ser comuni-

cados os direitos à integralidade e à paridade de remuneração, quando assegurados.

A emissão dos atuais comprovantes de rendimentos corresponde, assim, à aplicação da Lei Complementar nº 1.010/07. Embora eles passem a ser emitidos pela SPPrev, as regras de concessão das aposentadorias pela USP deverão ser mantidas e respeitadas, e os pagamentos continuam sendo feitos pela universidade.

Há ainda outros problemas relacionados à reforma previdenciária que afetam a universidade, a educação pública e

seus trabalhadores. Alguns colegas têm tido sua renda diminuída quando a soma da aposentadoria com uma pensão ultrapassa o teto. A redação original da lei que criou a SPPrev cancelava direitos de aposentadoria de precários, o que só foi corrigido após manifestação da Apeesp, reprimida pelo governo. Outro problema criado pelo SPPrev é permitir contabilizar gastos com pensões como se correspondessem à manutenção dos setores, como educação e saúde, dos quais a pessoa que deu origem à pensão era originária.

Calourada do DCE discute poder na universidade

A calourada unificada, atividade de recepção dos calouros de 2008 realizada pelo DCE em 28/02, teve como tema “O poder na universidade e o poder da universidade”. Segundo Joana Salem, diretora do DCE, a entidade pretendia com este tema “antecipar as discussões sobre a alternativa do V Congresso da USP como espaço democrático de reflexão sobre a universidade”.

“Uma das mais importantes implicações da defesa da autonomia universitária no processo da ocupação da Reitoria da USP foi a indagação: afinal, quem de fato exerce esta autonomia universitária? O Conselho Universitário tem menos de 1% da comunidade acadêmica e grande parte dos membros está comprometida com fundações privadas. O carreirismo dentro da USP é um grande problema, que atrela de maneira antidemocrática o mérito acadêmico ao poder político”, disse Joana.

A primeira atividade da Calourada contou com a presença do presidente da

Adusp, professor Otaviano Helene, que falou do poder das instituições privadas de ensino superior com seus fortes lobbies no Congresso e no MEC. Ele ainda mencionou outros dois poderes: o das grandes corporações e o da mídia.

Opinião

“Achei muito importante socializar e debater problemas da universidade com pessoas diferentes, de outros cursos”, disse Ewelyn Regina de Souza, caloura do curso de Enfermagem. Ela assistiu à palestra “Universidade para Todos? Acesso à Universidade e Exclusão ao Conhecimento”, que abordava o ingresso por meio dos vestibulares e a exclusão de alunos de escola pública e de negros.

Duas palestras da Calourada atraíram um número grande de estudantes: “América Latina e Imperialismo” e “Hegemonia da mídia e Produção de Conhecimento”. Como atividade final, foram realizados shows na Praça do Relógio, ao quais compareceram cerca de 3 mil pessoas.

V Congresso na agenda da USP

A discussão sobre os estatutos da USP se faz há muitos anos. Esta universidade figura dentre as que têm maior restrição à participação de sua comunidade nos diversos organismos colegiados e nas escolhas de seus dirigentes. Até hoje o Estatuto nem mesmo contempla o que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): gestão democrática e a participação de 30% de estudantes e funcionários nos órgãos de decisão.

A partir de 2004 a Adusp, a APG, o DCE e o Sintusp procuraram construir um movimento em prol da democratização da universidade, definindo como eixo fundamental a composição de uma Estatuinte, que seja constituída institucionalmente e exclusivamente para esse fim, com participação proporcional de estudantes, funcionários e professores de cada unidade. Caberia a esta Estatuinte a elaboração de um novo Estatuto para a USP.

Para além do CO

Durante o movimento contra os decretos do Ser-

ra em 2007, vimos crescer e ser retomada a bandeira de democratização da universidade, ficando claro que a reforma do Estatuto ora em curso no CO carece de representatividade e de legitimidade, fazendo-se necessário abrir e ampliar a discussão sobre o tema para além das portas do CO.

A Assembléia Geral da Adusp de 6 de junho de 2007 declarou que “para haver uma reforma estatutária legítima, é necessário que se constitua uma Assembléia Estatuinte soberana e democrática com essa finalidade específica e que se dissolva uma vez finalizados os trabalhos”.

A construção de uma Estatuinte será um dos principais temas a serem tratados no V Congresso.

Os estudantes conseguiram que a Reitoria incluísse no calendário escolar a semana de 26 a 30/5 para a realização deste Congresso, sob a responsabilidade das entidades representativas de estudantes, funcionários e professores.

Suas diretorias têm se reunido e discutido como organizar o processo de realização do Congresso.

Organização

A idéia é constituir uma comissão de organização que conte com nove representantes de cada categoria, se possível, de cada um dos campi da USP. Essa comissão teria como atribuição organizar matérias e debates, bem como elaborar uma proposta de pauta e regimento para o evento.

Vamos escolher os nove professores que farão parte da Comissão organizadora do V Congresso em assembléia geral a ser realizada em 26/3. A idéia é que os campi do interior realizem, até essa data, assembléias locais para indicarem seus representantes.

A Adusp propõe que essa discussão se inicie nas unidades para que, por meio de nossas instâncias de deliberação e da ação conjunta com estudantes e funcionários, possamos nos organizar para a luta pela democratização da USP.

Greve em Lorena

A Reitoria compromete-se a pedir verba adicional e incorporar funcionários e professores

No dia 25/2, mais de 90 professores e 200 funcionários da Escola de Engenharia de Lorena da Universidade de São Paulo (EEL-USP) entraram em greve, reivindicando a sua inclusão no quadro de pessoal da USP. Embora a EEL tenha sido incorporada à USP em 2006, as categorias sentem-se prejudicadas por não terem direito à política salarial e aos benefícios vigentes para os docentes e funcionários da universidade. A unidade conta com 1600 alu-

nos de graduação e pós-graduação.

Na reunião do Conselho Universitário (CO) de 4/3, registrou-se um avanço na posição da Reitoria, em parte devido à presença de funcionários e alunos da EEL, que se deslocaram para o campus de São Paulo em três ônibus lotados.

A reitora Suely Vilela apresentou uma proposta que consiste em: 1) incorporar os funcionários ao quadro da USP, fazendo as devidas adequações; 2) incorporar os docentes,

mediante a criação de um quadro em extinção; 3) solicitar à Assembléia Legislativa a criação de 135 cargos docentes, de modo a permitir futuras substituições na EEL; 4) reivindicar do governo estadual o repasse de verba adicional de 0,06% da quota-parte do Estado do ICMS (prometida pelo secretário de Ciência e Tecnologia).

Proposta aprovada

“Devido à pressão do Sintusp e dos nossos colegas, a Reitoria permitiu que duas

pessoas falassem no CO, e se comprometeu a oficializar a proposta e encaminhá-la ao Conselho Diretor da escola”, informou ao Informativo Adusp o professor Domingos Giordanni, do Departamento de Química da EEL. A reitora também assumiu o compromisso de convocar uma reunião extraordinária do CO para deliberar sobre o assunto, após a aprovação da proposta pelo Conselho Diretor da EEL.

No dia 6/3, reunido em São Paulo, o Conselho Dire-

tor deu seu aval à proposta da professora Suely Vilela. “Foi aprovada por unanimidade e já encaminhamos hoje mesmo. Esperamos que a própria Reitoria agilize todo o processo”, declarou Cláudio Cardoso, representante eleito dos funcionários no Conselho Diretor, ao Informativo Adusp.

A greve foi suspensa em 7/3. Por unanimidade, a assembléia considerou que a proposta da Reitoria “atende às aspirações dos docentes e não docentes”.

CO modifica Comissão de Reforma Estatutária

Em sessão no dia 04 de março, o Conselho Universitário aprovou o aumento do número de membros da Comissão Especial para Estudar a Reforma Estatutária para 15 membros, sendo nove professores, quatro estudantes e dois funcionários. Antes, a comissão tinha cinco professores, um estudante e havia uma sétima vaga para um funcionário, que não foi ocupada.

Os quatro representantes dos estudantes serão indicados pelo DCE. A primeira reunião da nova comissão ainda não tem data marcada. Também não há um cronograma para os trabalhos da comissão.

“Acreditamos que a mudança na composição da comissão tem pouca relevância, apesar de aumentar a representação estudantil, porque o poder de decisão continuará restrito ao Conselho Universitário. Dificilmente teremos avanços significativos no estatuto fora de um processo de estatuinte democrática e soberana, isso é, realizada por uma instância convocada unicamente com esse fim e com participação democrática de todos os setores da comunidade universitária”, afirma Bruno Mandelli, representante discente no CO e diretor do DCE.

Centro Paula Souza fica em greve por 5 dias

Os funcionários e professores do Centro Paula Souza (Ceeteps), que agrega 143 Escolas Técnicas (ETEs) e 39 faculdades de tecnologia (Fatecs) no Estado de São Paulo, entraram em greve no dia 1º/3 e decidiram suspendê-la em assembléia geral realizada no dia 5. No dia 18/3, haverá uma nova assembléia para decidir os rumos do movimento.

A greve reivindicava reajuste salarial de 65% para funcionários e docentes, enquadramento na carreira para os funcionários e garantia de emprego. Na véspera do ato de lançamento da greve, realizado no dia 29/2, a Superintendência do Ceeteps anunciou na imprensa e comunicou às unidades um plano de carreira que chegaria à Assembléia Legislativa no dia 15/3. O Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps (Sinteps) não teve acesso a este plano porque, segundo a superintendente Laura Lağaná, o governo do Estado não permitiu que ele viesse a público.

Apesar disso, alguns dados do plano de carreira já foram divulgados pela superinten-

dente: nas ETEs, a hora-aula inicial passaria dos atuais R\$ 6,89 para R\$ 10,00 (correção de 45,13%), e a final de R\$ 13,77 para R\$ 17,62% (correção de 27,95%); nas Fatecs a hora-aula inicial passaria dos atuais R\$ 8,90 para R\$ 18,00 (correção de 102,24%), e a final de R\$ 18,29 para R\$ 28,32 (correção de 54,83%). Os funcionários não receberiam qualquer reajuste, mas seriam enquadrados em carreira.

Promessa antiga

Neusa Santana Alves, presidente do Sinteps, alerta: “A promessa de plano de carreira não é de agora, vem desde 2004 para os docentes e desde 1998 para os funcionários”. Segundo ela, agora a categoria vai esperar a entrada deste plano na Alesp “porque se entra, você o tem em mãos e pode avaliar se cabe mais, se ele se sustenta”.

Desde 2005, os trabalhadores do Ceeteps estão sem reajuste salarial, nem mesmo para cobrir a inflação, o que faz os “salários nas ETEs e Fatecs serem os piores da região Sudeste na

área de educação pública”, na avaliação do Sinteps. Segundo Salomão Choueri Junior, professor da ETE Jorge Street, em São Caetano do Sul, o salário é tão ruim que “o professor acaba procurando emprego em faculdades particulares e trabalhando em três períodos para manter o poder aquisitivo que tinha dez anos atrás. O que se está propondo (65% de reajuste) é a reposição de perdas, não é aumento salarial”.

Neusa avalia que a greve começou bem, pois cerca de dez unidades entraram em paralisação total ou parcial. No ato de lançamento, estiveram presentes, em apoio à luta do Ceeteps, representantes das universidades estaduais paulistas. Para Sérgio Henrique, representante do DCE da Unicamp, o mesmo processo de privatização e precarização do trabalho que está acontecendo nas universidades estaduais paulistas ocorre nas escolas e faculdades técnicas. Por isso, segundo ele, é preciso juntar forças contra o sucateamento da educação.

**Assembléia da Adusp
26 de março**

Estatuto da Adusp, campanha salarial, V Congresso